

É cediço que os fundos de pensão são administrados por gestores indicados, em sua maioria, pelo PT e partidos integrantes da base aliada do Governo Federal. Além disso, todos se tornaram deficitários e incapazes de garantir a perpetuidade da seguridade prometida aos seus milhares de associados. Ademais, a ameaça de insolvência em que se encontram deve-se não apenas a gestões negligentes, imprudentes ou imperitas, mas também à má-fé.

O Postalis apresenta rombo de R\$ 5,7 bilhões e, para tapá-lo, sua diretoria pretende recorrer ao mais usual artifício: obrigar aqueles que em nada contribuíram para o descalabro a pagar a conta mediante desconto, por longos 15 anos, de 26% de seus salários. O “furo” no Funcef é também superior a R\$ 5,5 bilhões e o remédio encontrado para cobri-lo é semelhante, isto é, aumentar por 12 anos a alíquota de contribuição previdenciária dos empregados..

Como os fundos de pensão movimentam cifras gigantescas, em boa parte oriundas diretamente também dos cofres públicos, sua crise administrativa e moral passa a ser assunto de interesse coletivo e que precisa ser investigada a fundo. É por isso que foi criada a CPI dos Fundos de Pensão no âmbito da Câmara dos Deputados.

Do exposto, reputa-se necessária a vinda do Senhor Ricardo Alves da Conceição, Presidente do Banco do Brasil no período de 2005 a 2006 para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

PEDRO CUNHA LIMA

PSDB/PB